



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

OFÍCIO Nº 5186/2026-47

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 050/2026, de autoria da Procuradoria da Mulher

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Administração presta os esclarecimentos a seguir, com base nas informações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social informa que a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993) assegura a concessão de benefícios eventuais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cuja provisão é de responsabilidade da gestão municipal.

Nesse contexto, o Município instituiu a Lei Municipal nº 2.338, de 18 de dezembro de 2015, que criou o Programa Bolsa Aluguel Social, regulamentando a concessão, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, de benefício eventual de natureza financeira, destinado exclusivamente a subsidiar o pagamento de aluguel residencial de imóvel de terceiros a cidadãos e famílias com renda de até 2 (dois) salários mínimos, que se encontrem em uma das seguintes contingências sociais:

I – situação emergencial: quando a moradia estiver destruída ou interditada em decorrência de deslizamento, inundação, incêndio, insalubridade habitacional ou outras condições que impeçam o uso seguro do imóvel, mediante laudo técnico da Defesa Civil;

II – vulnerabilidade socioeconômica temporária: constatada mediante relatório circunstanciado elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social;

III – risco pessoal e social: caracterizado por violação de direitos essenciais, especialmente em situações de violência, com encaminhamento e acompanhamento pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS ou por outro órgão de referência no atendimento às situações de risco ou vulnerabilidade social.

Em atenção aos questionamentos apresentados, a SADS acrescenta:

Item 1 – Nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 2.338/2015, o valor da Bolsa Aluguel Social poderá ser de até 1 (um) salário mínimo nacional vigente, conforme o contrato de locação apresentado, estando sua concessão condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Item 2 – De acordo com o art. 9º da referida lei, o benefício será concedido pelo prazo de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que permaneça a condição de vulnerabilidade ou risco social, mediante parecer técnico das Secretarias Municipais competentes.

Itens 3, 4 e 5 – Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 2.338/2015, a ordem preferencial para concessão da Bolsa Aluguel Social observará os seguintes critérios:

I – família ou cidadão em maior risco de habitabilidade, conforme laudo técnico da Defesa Civil;

II – família ou cidadão com deficiência, idoso com mais de 60 anos ou pessoa com doença crônica degenerativa incapacitante, mediante apresentação de laudo médico;

III – família com maior número de dependentes, com prioridade para aquelas que possuam crianças de 0 a 12 anos;

IV – família ou cidadão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, constatada mediante relatório técnico da equipe da Secretaria.

Nos termos do art. 7º da mesma lei, a condição de vulnerabilidade ou risco social deverá ser comprovada por parecer técnico da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que realizará o cadastramento do cidadão ou da família no Cadastro Único, bem como o acompanhamento pelos serviços da rede socioassistencial, especialmente CRAS ou CREAS, podendo ainda promover a inserção em outros benefícios e programas de transferência de renda.

Item 6 – As solicitações para concessão do benefício são formalizadas por meio de atendimento técnico especializado junto ao CRAS ou ao CREAS, conforme a natureza da situação apresentada.

Por fim, informa que em 8 de março de 2024 o Município aderiu ao Programa Estadual de Auxílio Aluguel para Mulheres Vítimas de Violência, instituído pela Lei Estadual nº 17.626/2023 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 68.371/2024.

São essas as informações que se apresentam para o momento, renovando votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO

Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 17/03/2026, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1027130** e o código CRC **CBA52BF0**.

Referência: Processo nº 3524709.420.00005186/2026-47

SEI nº 1027130